



Comissão
Europeia

ESTADO DA UNIÃO 2017

CARTA DE INTENÇÕES DIRIGIDA AO PRESIDENTE ANTONIO TAJANI E AO
PRIMEIRO-MINISTRO JÜRI RATAS

Estrasburgo, 13 de setembro de 2017

Senhor Presidente Antonio Tajani,

Senhor Primeiro-Ministro Jüri Ratas,

Os últimos doze meses não foram nada fáceis para os cidadãos europeus e suscitaram um desafio para todos nós. O ano de 2016 foi, em muitos aspetos, um «annus horribilis» para o projeto europeu. Entre os inúmeros desafios enfrentados pela Europa, figuram o referendo sobre o Brexit, os ataques terroristas, um crescimento lento, um elevado nível de desemprego persistente em vários Estados-Membros e a atual crise de migração. Os nossos valores europeus e democracias foram postos à prova pelo despertar das forças populistas nos nossos países e no seu exterior, em paralelo com a crescente incerteza geopolítica relacionada com as eleições presidenciais dos Estados Unidos.

Foi necessário um trabalho árduo e uma forte liderança política por parte das instituições da UE e dos Estados-Membros para manter o projeto europeu no bom caminho nestes tempos de turbulência. Gostaríamos de agradecer a ambos e aos membros das vossas instituições por terem apoiado, com grande empenho, o nosso programa positivo para uma Europa que protege, capacita e defende, estabelecido pelo Presidente da Comissão no seu Discurso sobre o Estado da União de 14 de setembro de 2016. Este programa encontrou uma imediata aceitação na sessão plenária do Parlamento Europeu e foi acolhido favoravelmente pelos líderes da UE27, dois dias mais tarde, na Cimeira de Bratislava. Com a vossa colaboração, prosseguimos a realização deste programa, nomeadamente graças à Declaração Conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2017, assinada pelos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia em 13 de dezembro de 2016. O nosso Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, apoiado pelo orçamento comum da UE e pelos trabalhos do Banco Europeu de Investimento já desencadeou a realização de investimentos num montante superior a 225 mil milhões de EUR. A Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira foi criada e está agora plenamente operacional nas fronteiras externas da UE, tanto na Grécia, como na Bulgária, em Itália ou em Espanha. Mobilizámos financiamentos da UE para a formação da guarda costeira líbia e para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos mais de 3 milhões de refugiados sírios na Turquia. Concluímos com êxito os trabalhos respeitantes ao reforço da diretiva relativa ao combate ao terrorismo e ao estabelecimento de uma regulamentação mais eficaz para controlar a aquisição e detenção de armas de fogo. Aperfeiçoámos os nossos instrumentos contra a evasão fiscal. Demos um histórico passo em frente no sentido da criação de um Fundo Europeu de Defesa e acordámos, pela primeira vez, em trabalhar sob o formato de uma cooperação estruturada permanente em matéria de defesa. Em conjunto, promovemos a entrada em vigor provisória de um acordo comercial justo e equilibrado com o Canadá, um parceiro que partilha os nossos valores no que se refere às normas no domínio dos géneros alimentícios, da saúde e da diversidade cultural. Além disso, abrimos o caminho para uma parceria económica ambiciosa, assente em valores comuns, com o Japão. Juntos, conseguimos aproximar a UE e a Ucrânia através de um Acordo de Associação que deverá, a seu tempo, trazer estabilidade e prosperidade aos nossos vizinhos de Leste. Não obstante uma forte oposição, ratificámos e defendemos o Acordo de Paris como o instrumento mais adequado para gerir as alterações climáticas. Por último, mas não menos importante, a União conseguiu suprimir as tarifas de itinerância (roaming) em junho e irá lançar locais de livre acesso à Internet sem fios em praças, câmaras municipais, parques e bibliotecas em toda a Europa a partir de 2017. A meio do nosso mandato, estamos a proceder mais rapidamente e de forma mais eficiente à realização da totalidade das dez prioridades definidas nas nossas orientações políticas de 2014, em benefício das empresas e dos cidadãos europeus¹.

A Europa está hoje a recuperar visivelmente a sua força. Assiste-se à retoma do crescimento económico, que regista um nível superior a 2 % este ano (2,2 % na área do euro), estando finalmente a beneficiar todos os Estados-Membros, ultrapassando inclusive as taxas de crescimento dos Estados Unidos e do Japão nos últimos dois anos. Foram criados quase 8 milhões de postos de trabalho durante este nosso mandato — não só, mas também devido às medidas adotadas pelas instituições da UE, nomeadamente graças ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, à nossa «Garantia para a Juventude», aos nossos Fundos Europeus Estruturais e de

¹ «A Comissão Europeia a meio do mandato: ponto da situação a respeito das dez prioridades do Presidente Juncker», Relatório do Parlamento Europeu, 11 de julho de 2017.

Investimento e à política monetária do Banco Central Europeu. Tanto económica como politicamente, a Europa tem agora ventos mais favoráveis. As recentes eleições em vários Estados-Membros criaram uma nova dinâmica para aqueles que estão dispostos a defender os nossos valores europeus; para aqueles que querem moldar e tirar proveito da globalização e construir um futuro sustentável; e também para aqueles que optaram pela cooperação e pela integração em vez da rendição e do isolamento.

Devemos agora aproveitar esta nova dinâmica. Esta ocasião única pode não durar muito tempo e não há certamente margem para complacências, dado que os desafios que a Europa tem de enfrentar continuam a ser significativos: desde a instabilidade nos países vizinhos e as ameaças terroristas até à evolução demográfica, climática e tecnológica; desde a necessidade de um investimento sustentável e de uma União Económica e Monetária mais resiliente até aos apelos crescentes a favor de uma maior equidade social e uma maior responsabilização democrática. Só seremos capazes de fazer face a estes desafios se estivermos dispostos a colaborar em conjunto para tomar neste momento as decisões que assegurem o futuro da Europa a médio e longo prazo.

O Livro Branco da Comissão, de 1 de março de 2017, apresenta cinco cenários para o futuro da Europa até 2025 e foi seguido de uma série de documentos de reflexão sobre as questões mais importantes para o nosso futuro, o que desencadeou um debate positivo entre os Estados-Membros. A Comissão, por iniciativa própria, organizou 129 diálogos com os cidadãos sobre o futuro da Europa em mais de 80 cidades em 27 Estados-Membros, incluindo com os parlamentos nacionais.

Acreditamos que chegou o momento de passar da reflexão e do debate para a apresentação das primeiras propostas concretas sobre o futuro da Europa.

*Transmitimos hoje as nossas intenções relativamente ao Programa de Trabalho da Comissão para os próximos dezasseis meses até ao final de 2018. Nesta perspetiva de futuro, apresentamos um **Roteiro para uma União Mais Coesa, Mais Forte e Mais Democrática**, tirando partido da atual dinâmica. O nosso Roteiro está dividido em duas partes. Em primeiro lugar, propomos medidas e iniciativas que deverão ser apresentadas e/ou concluídas durante os próximos dezasseis meses, em consonância com o cenário 1 do Livro Branco e a Agenda de Bratislava. Em segundo lugar, sugerimos medidas e iniciativas mais ambiciosas e mais orientadas para o futuro, que irão moldar a nossa União até 2025; estas ações associam os cenários 3, 4 e/ou 5 do Livro Branco, aproveitando em pleno as potencialidades inexploradas do Tratado de Lisboa.*

O nosso Roteiro tem por base os seguintes princípios: o imperativo de respeitar os nossos valores europeus comuns, nomeadamente o Estado de direito; o empenho permanente na prossecução e aplicação de iniciativas prioritárias que tenham um claro valor acrescentado europeu e tomem a Europa um lugar melhor para os seus cidadãos, em consonância com as nossas orientações políticas de 2014 e com a nossa convicção comum de que a União deve ser grande nas grandes questões e pequena nas pequenas coisas; a necessidade de tratar os cidadãos de todos os Estados-Membros da UE de forma igual e nunca permitir a existência na nossa União de cidadãos de segunda categoria; e uma forte ênfase na eficiência, na democracia e na transparência em todas as nossas ações comuns.

O Roteiro também tem em conta que, a partir de 29 de março de 2019, o Reino Unido deixará de ser membro da nossa União, na sequência da sua notificação apresentada nos termos do artigo 50.º do Tratado da União Europeia. Até esse momento e, posteriormente, queremos preservar a unidade da UE27 que construímos ao longo dos últimos meses.

Roteiro para uma União Mais Coesa, Mais Forte e Mais Democrática (projeto de Programa de Trabalho da Comissão até ao final de 2018)

Prioridade 1: Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Rápida adoção pelos legisladores da proposta relativa ao «FEIE 2.0» e da proposta Omnibus, nomeadamente as alterações introduzidas no Regulamento Disposições Comuns que simplificam a utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e facilitam a sua combinação com o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos**
- *Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas de 2018: assegurar a realização de investimentos, finanças públicas sólidas e reformas estruturais, continuando simultaneamente a tirar partido da devida flexibilidade prevista no Pacto de Estabilidade e Crescimento e identificada pela Comissão desde janeiro de 2015; integração do novo painel de indicadores sociais, que acompanha a Recomendação da Comissão sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.*
- *Concretização de todos os aspetos da Agenda de Competências para a Europa, nomeadamente através da implementação de «percursos de melhoria de competências» a nível nacional, com o apoio do Fundo Social Europeu, e com especial atenção para as competências de base e para a necessidade de competências digitais.*
- *Pacote de medidas relativas à economia circular para estimular a inovação, o emprego e o crescimento, incluindo: uma estratégia para o plástico conducente a que todas as embalagens de plástico no mercado da UE sejam recicláveis até 2030; uma proposta de regulamento sobre a reutilização de águas residuais; a revisão da Diretiva Água Potável; e um quadro de acompanhamento da economia circular.*

Iniciativas a lançar na perspetiva de 2025

- ***** Proposta global para o futuro Quadro Financeiro Plurianual para além de 2020 (prevista para maio de 2018), seguida de propostas para a próxima geração dos programas e para novos recursos próprios.**
- *Documento de reflexão «Para uma Europa Sustentável em 2030» sobre o seguimento a dar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, designadamente os relativos ao Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.*

Prioridade 2: Um Mercado Único Digital Conectado

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Pacote em matéria de cibersegurança que define medidas concretas para responder à natureza evolutiva das ciberameaças: uma proposta para reforçar a Agência para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA); um conjunto de ferramentas para a aplicação da Diretiva Segurança das Redes e da Informação; um plano de ação para uma resposta eficaz em caso de ciberataques que afetem vários Estados-Membros; reforço da autonomia estratégica da União através de uma maior capacidade de investigação e criação de uma ciberdefesa eficaz,**

ciberhigiene e competências adequadas na Europa e com parceiros em todo o mundo, incluindo a NATO (são hoje apresentadas propostas concretas da Comissão, juntamente com o Discurso sobre o Estado da União).

- ****** Pacote de dados com vista a desbloquear o potencial da economia dos dados, assegurando o livre fluxo de dados não pessoais na Europa (uma proposta concreta da Comissão é hoje apresentada, juntamente com o Discurso sobre o Estado da União).***
- ****** Iniciativa sobre plataformas em linha para garantir um quadro empresarial equitativo, previsível, sustentável e fiável no setor da economia em linha.***
- ****** Rápida adoção pelos legisladores de todas as 14 propostas legislativas destinadas a completar o Mercado Único Digital, incluindo: o pacote das telecomunicações; o pacote dos direitos de autor; as medidas relativas ao bloqueio geográfico; os enquadramentos do domínio audiovisual e dos meios de comunicação social; as medidas relativas ao setor da entrega de encomendas; o regulamento «privacidade e comunicações eletrónicas»; e as regras da UE sobre a proteção dos dados pessoais tratados pelas instituições e organismos da UE.***
- *Orientações da Comissão para preparar os cidadãos, as empresas e as administrações públicas para a aplicação direta do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a partir de 25 de maio de 2018, que serão elaboradas em estreita consulta com o Grupo de Trabalho do artigo 29.º novo Comité Europeu para a Proteção de Dados.*
- *Revisão das Orientações da Comissão relativas à análise e avaliação do poder de mercado significativo no âmbito do setor de comunicações eletrónicas.*
- *Iniciativa para dar resposta aos desafios que as plataformas em linha colocam às nossas democracias no que diz respeito à disseminação de informações falsas.*

Prioridade 3: Uma União da Energia resiliente, com uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ****** Rápida adoção pelos legisladores das propostas da Comissão relativas à implementação da União da Energia e da política em matéria de alterações climáticas, incluindo: o pacote «Energia Limpa para Todos os Europeus»; o pacote relativo ao clima; e o pacote «Europa em Movimento».***
- ****** Pacote «Mobilidade e Alterações Climáticas», incluindo propostas legislativas sobre: veículos limpos; regras comuns para o transporte combinado de mercadorias; normas de emissões de CO2 para veículos de passageiros e veículos comerciais ligeiros; eficiência energética e normas de emissões de CO2 aplicáveis aos camiões, autocarros e camionetas; e uma iniciativa para acelerar a realização da infraestrutura para combustíveis alternativos.***
- *Seguimento do aspeto da solidariedade na União da Energia, incluindo: uma proposta sobre regras comuns para gasodutos que penetram no mercado interno europeu do gás; e a rápida implementação dos projetos de interesse comum que são necessários para a ligação dos mercados da energia europeus.*
- *Com base num forte mandato do Conselho (projeto recomendado pela Comissão em 9 de junho de 2017),*

encetar negociações com a Rússia sobre os princípios fundamentais para o funcionamento do projeto do gasoduto «Nord Stream 2».

Iniciativas a lançar na perspetiva de 2025

- Comunicação sobre o futuro da política da UE em matéria de energia e do clima, nomeadamente sobre o futuro do Tratado Euratom (tendo em conta a Declaração n.º 54 de cinco Estados-Membros aditada à Ata Final do Tratado de Lisboa) e o eventual recurso ao artigo 192.º, n.º 2, segundo parágrafo, do TFUE.

Prioridade 4: Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Rápida adoção pelos legisladores dos pacotes sobre os serviços e sobre a execução.**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores da proposta de reforço da fiscalização do mercado dos veículos a motor.**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores da proposta sobre a insolvência e reestruturação das empresas, bem como a concessão de uma segunda oportunidade, a fim de reduzir os custos e a complexidade dos processos de reestruturação das empresas, garantir a concessão de uma segunda oportunidade às empresas viáveis e aumentar a segurança jurídica para os investimentos transfronteiras na UE.**
- Pacote sobre o direito das sociedades da UE, aproveitando ao máximo as soluções digitais e estabelecendo normas eficazes para as operações transfronteiras, respeitando ao mesmo tempo as prerrogativas do direito social e laboral a nível nacional.
- ***** Rápida adoção pelos legisladores das propostas que relançam a matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS).**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores da proposta para aperfeiçoar o quadro legal do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) aplicável às empresas de comércio eletrónico na UE e da proposta que estabelece normas de tributação idênticas para livros e jornais eletrónicos, e seus equivalentes impressos.**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores das propostas que exigem que as empresas multinacionais publiquem informações fiscais essenciais por país, estabelecendo novas regras em matéria de transparência para os intermediários de planeamento fiscal e uma lista comum da UE das jurisdições fiscais não cooperantes, com base no painel de indicadores proposto pela Comissão.**
- ***** Pacote em matéria de equidade fiscal com vista à criação de um espaço único do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na UE, incluindo: propostas de alteração da Diretiva IVA no que diz respeito ao regime definitivo do IVA para o comércio transfronteiras no mercado único; uma proposta de regulamento do Conselho relativo à luta contra a fraude no domínio do imposto sobre o valor acrescentado no mercado único; uma proposta de diretiva do Conselho relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que respeita às pequenas empresas; e uma proposta de diretiva do Conselho sobre as regras que regem a fixação das taxas do IVA.**
- ***** Proposta que estabelece regras a nível da UE destinadas a permitir a tributação dos lucros gerados pelas empresas multinacionais através da economia digital.**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores das propostas sobre a reforma da Diretiva Destacamento**

de Trabalhadores, estabelecendo o princípio de salário igual para trabalho igual no mesmo local, e sobre a modernização das regras de coordenação dos sistemas de segurança social, assegurando, entre outros, que nas mesmas circunstâncias, são devidas as mesmas prestações pelas mesmas contribuições pagas.

- ***** Proposta para estabelecer uma Autoridade Europeia do Trabalho para reforçar a cooperação entre as autoridades do mercado de trabalho a todos os níveis e gerir melhor as situações transfronteiras, bem como outras iniciativas em apoio da mobilidade equitativa, como um número de segurança social europeu.**
- *Proposta de revisão da Diretiva relativa à declaração por escrito, a fim de melhorar a transparência e a previsibilidade jurídica dos contratos de trabalho e uma iniciativa sobre o acesso à proteção social dos trabalhadores atípicos e dos trabalhadores por conta própria.*
- *Rápida adoção pelos legisladores da proposta sobre a conciliação da vida profissional e familiar.*
- ***** Rápida adoção pelos legisladores de todas as propostas relativas à União dos Mercados de Capitais, incluindo: o Produto Individual de Reforma Pan-Europeu; as alterações ao Regulamento relativo à Infraestrutura do Mercado Europeu; e a recomendação do Banco Central Europeu de alterar o artigo 22.º dos Estatutos do SEBC/BCE.**
- ***** Pacote da União dos Mercados de Capitais, incluindo: revisão e reforço das funções, governação e financiamento das autoridades de supervisão financeira da UE; medidas concretas com vista ao estabelecimento de uma única autoridade de supervisão europeia dos mercados de capitais e ajustamentos ao Comité Europeu do Risco Sistémico; revisão do enquadramento para as sociedades de investimento; um Plano de Ação em matéria de financiamento sustentável com medidas regulamentares; uma iniciativa em matéria de tecnologia financeira (FinTech); um quadro legislativo europeu para permitir a emissão de obrigações cobertas; e alterações da Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos e da Diretiva relativa a**
- *Pacote relativo à alimentação, incluindo uma proposta sobre a cadeia de abastecimento alimentar da UE, no seguimento da revisão da Política Agrícola Comum da UE.*
- *Plano de Ação Conjunto em matéria de políticas nacionais de vacinação.*

Iniciativas a lançar na perspetiva de 2025

- *Comunicação sobre a possibilidade de reforçar em maior grau a utilização da votação por maioria qualificada e do processo legislativo ordinário em matérias relacionadas com o mercado interno, com base no artigo 48.º, n.º 7, do TUE.*

Prioridade 5: Uma União Económica e Monetária mais aprofundada e mais equitativa

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Pacote sobre a União Económica e Monetária, incluindo propostas para: a transformação do Mecanismo Europeu de Estabilidade num Fundo Monetário Europeu; a criação de uma rubrica orçamental específica para a área do euro no âmbito do orçamento da UE, proporcionando 1) uma assistência às reformas estruturais baseada no programa da Comissão de apoio às reformas estruturais, 2) uma função de estabilização, 3) um mecanismo de apoio à União Bancária, e 4) um instrumento de convergência para conceder assistência de pré-adesão aos Estados-Membros que beneficiam de uma derrogação na via para a adoção da moeda única; e a integração do conteúdo do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária no direito da União, tendo em conta a adequada flexibilidade prevista pelo Pacto de Estabilidade e**

Crescimento e identificada pela Comissão desde janeiro de 2015.

- ***** Especificar, na próxima recomendação sobre a política económica da área do euro, uma orientação orçamental globalmente neutra na área do euro, em apoio à política monetária do Banco Central Europeu, bem como ao emprego, ao crescimento e ao investimento na área do euro.**
- *Rápida adoção pelo Conselho da proposta da Comissão de estabelecer progressivamente uma representação unificada da área do euro no Fundo Monetário Internacional.*
- ***** Proclamação pelas instituições da UE do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em resultado da Cimeira Social de Gotemburgo.**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores de todas as componentes do pacote sobre a redução do risco no setor bancário e da proposta relativa ao Sistema Europeu de Seguro de Depósitos.**
- ***** Pacote relativo à União Bancária, que completa todos os aspetos da União Bancária, incluindo: a finalização do mecanismo de apoio orçamental ao Fundo Único de Resolução; medidas suplementares para reduzir o nível do crédito malparado; e um quadro propício ao desenvolvimento dos títulos garantidos por obrigações soberanas, de modo a apoiar uma maior diversificação das carteiras no setor bancário.**

Iniciativas a lançar na perspetiva de 2025

- *Comunicação sobre a eventual criação de um Ministro da Economia e das Finanças permanente (artigo 2.º do Protocolo n.º 14) e as suas implicações institucionais.*
- *Trabalhos exploratórios para o eventual desenvolvimento de um ativo seguro da área do euro.*

Prioridade 6: Uma política comercial equilibrada e progressista para tirar proveito da globalização ²

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Pacote relativo ao comércio, incluindo: uma Comunicação sobre uma política comercial moderna, baseada em valores, sustentável e transparente, que contribua para tirar proveito da globalização e assegure uma abordagem equilibrada em matéria de acordos de comércio aberto e equitativo; projetos de mandatos para encetar negociações com a Austrália e a Nova Zelândia; um projeto de mandato para um novo sistema judicial multilateral no domínio dos investimentos; um quadro europeu para o escrutínio do investimento direto estrangeiro na UE por razões de ordem e segurança públicas (propostas concretas da Comissão são hoje apresentadas, juntamente com o discurso sobre o Estado da União).**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores das propostas para modernizar os instrumentos de defesa comercial da UE e alterar a sua metodologia anti-dumping, bem como da proposta alterada relativa a um Instrumento Internacional de Contratação Pública.**
- *Finalização dos acordos com o Japão, Singapura e Vietname.*
- *Prossecução das negociações com o México e o Mercosul.*

² O título da Prioridade 6 foi atualizado e tomado neutro do ponto de vista geográfico com vista a ter em conta o abrandamento das negociações comerciais com os Estados Unidos, o novo contexto político e o novo dinamismo das conversações comerciais com outras importantes regiões do mundo. A Comissão teve em conta esta nova realidade através da alteração do nome do Grupo de Comissários pertinente para «Grupo de Comissários sobre Comércio e Controlo da Globalização».

Prioridade 7: Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútuaIniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Rápida adoção pelos legisladores das propostas em matéria de luta contra o branqueamento de capitais, sistema de entrada/saída da UE, Sistema de Informação de Schengen (SIS II), Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais (ECRIS) e Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS).**
- ***** Pacote sobre o combate ao terrorismo, incluindo: medidas em matéria de luta contra a radicalização; medidas destinadas a garantir a rápida e proativa deteção e eliminação de conteúdos ilegais com incitação ao ódio, à violência ou ao terrorismo; ações destinadas a cortar o acesso aos meios utilizados pelos terroristas para preparar e executar ataques, tais como substâncias perigosas ou financiamento do terrorismo; orientação e apoio aos Estados-Membros em termos de proteção dos espaços públicos; e orientações em matéria de conservação de dados.**
- ***** Realizar a Agenda Europeia para a Segurança, incluindo: propostas legislativas com vista a permitir a interoperabilidade dos sistemas de informação da UE para a segurança e a gestão das fronteiras e da migração; e uma proposta para melhorar o acesso transfronteiras das autoridades com poderes coercivos a elementos de prova eletrónicos.**
- Quadro de decisões de adequação, nomeadamente uma decisão de adequação sobre fluxos de dados com o Japão
- ***** Pacote «Novo Pacto para os Consumidores», com vista a facilitar a coordenação e a eficácia da ação das autoridades nacionais responsáveis pela proteção dos consumidores a nível da UE e a reforçar as medidas coercivas dos poderes públicos e uma melhor proteção dos direitos dos consumidores.**
- Orientações interpretativas para a aplicação da Diretiva relativa às práticas comerciais desleais e do Regulamento relativo à prestação de informação aos consumidores sobre os géneros alimentícios, para prevenir e combater a dualidade das normas de qualidade aplicáveis aos produtos de consumo.

Iniciativas a lançar na perspetiva de 2025

- Comunicação sobre uma eventual extensão das competências da nova Procuradoria Europeia, de modo a incluir a luta contra o terrorismo, com base no artigo 86.º, n.º 4,
- Iniciativa para reforçar a observância do Estado de direito na União Europeia

Prioridade 8: Rumo a uma nova política de migraçãoIniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Rápida adoção pelos legisladores do Sistema Europeu Comum de Asilo reformado com base na responsabilidade e na solidariedade e incluindo propostas sobre: a reforma do sistema de Dublin; a criação de uma nova Agência do Asilo; a reforma do Eurodac; a revisão das condições de acolhimento, das condições de asilo e dos procedimentos de asilo; bem como do quadro de reinstalação da UE.**
- ***** Rápida adoção pelos legisladores da proposta relativa à entrada e residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado («proposta de um cartão azul»).**

-
- ***** Novo pacote em matéria de gestão da migração, incluindo: a revisão intercalar da Agenda Europeia da Migração; ações específicas para promover uma abordagem mais eficaz em matéria de regressos; uma maior promoção das vias legais, encorajando novos compromissos de reinstalação; uma reforma da política comum de vistos; e manutenção da solidariedade da UE para com os Estados-Membros que enfrentam uma pressão migratória excepcional.**
 - Um pacote de medidas de reforço do espaço de livre circulação de Schengen, incluindo uma proposta de atualização do Código das Fronteiras Schengen e assegurando a plena integração da Roménia e da Bulgária no espaço Schengen.
 - Rápida concretização do Plano de Investimento Externo e implementação do Quadro de Parceria para a Migração com os principais países terceiros de origem e de trânsito.

Prioridade 9: Uma Europa mais forte na cena mundial

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Rápida adoção pelos legisladores do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa.**
- ***** Seguimento do Plano de Ação Europeu de Defesa, com especial incidência na implementação do Fundo Europeu de Defesa, incluindo os instrumentos financeiros.**
- Projeto de mandato para as negociações de um quadro pós-Cotonu.

Iniciativas a lançar na perspetiva de 2025

- Comunicação sobre a possibilidade de reforçar em maior grau a utilização da votação por maioria qualificada no domínio da Política Externa Comum, com base no artigo 31.º, n.º 3, do TUE.
- Estratégia para a adesão bem-sucedida da Sérvia e do Montenegro à UE, enquanto candidatos mais bem colocados dos Balcãs Ocidentais, com especial ênfase no Estado de direito, nos direitos fundamentais e na luta contra a corrupção, bem como na estabilidade global da região.

Prioridade 10: Uma União da mudança democrática

Iniciativas a lançar e/ou concluir até ao final de 2018

- ***** Pacote em matéria de democracia, incluindo: uma revisão do Regulamento sobre a Iniciativa de Cidadania Europeia, a fim de a tornar mais acessível, intuitiva e fácil de utilizar para os organizadores e apoiantes; e uma proposta para reforçar a dimensão europeia e a transparência dos partidos políticos e fundações europeus (propostas concretas da Comissão são hoje apresentadas, juntamente com o Discurso sobre o Estado da União).**
- Continuar a implantação do Corpo Europeu de Solidariedade, envolvendo todos os intervenientes relevantes, e alcançar um rápido acordo entre os legisladores sobre a proposta legislativa até ao final do ano.
- ***** Acordo rápido entre os legisladores sobre as propostas de alteração do Regulamento «Comitologia».**
- Prosseguir o debate lançado pelo Livro Branco sobre o futuro da Europa até às eleições de junho de 2019 (realizar debates, diálogos com os cidadãos, interagir com os parlamentos nacionais, assim como colaborar com as diferentes regiões).

CARTA DE INTENÇÕES DIRIGIDA AO PRESIDENTE ANTONIO TAJANI E AO PRIMEIRO-MINISTRO JÜRI RATAS

Iniciativas a lançar na perspetiva de 2025

- Comunicação sobre o reforço da subsidiariedade, da proporcionalidade e da abordagem «Legislar melhor» no âmbito do funcionamento quotidiano da União Europeia
- Comunicação sobre as opções para melhorar a eficiência no âmbito da presidência da União Europeia.

A Carta de Intenções hoje transmitida e o nosso Roteiro para uma União Mais Coesa, Mais Forte e Mais Democrática constituem o ponto de partida para o diálogo interinstitucional sobre a preparação do programa de trabalho da Comissão para 2018, no âmbito do Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e o acordo interinstitucional sobre «Legislar Melhor». Manifestamos o nosso forte empenho nesta importante interação com o Parlamento Europeu e com o Conselho, assim como com os parlamentos nacionais. Estamos convictos de que a nossa troca de pontos de vista proporcionará uma base sólida para um programa de trabalho da Comissão com uma orientação estratégica específica para os 16 meses decisivos que se avizinham.

Nas próximas semanas, procederemos a consultas com o Parlamento Europeu e as com suas comissões competentes, bem como com o Conselho e com o Comité de Representantes Permanentes (COREPER I e II). Ao longo dos próximos dezasseis meses, a Comissão continuará a assegurar que a nossa legislação continua a ser adequada à finalidade prosseguida e a fundamentar-se em dados concretos, suprimindo os encargos desnecessários, nomeadamente fazendo avançar para o efeito os trabalhos da Plataforma REFIT. No próximo ano, atribuiremos particular atenção à adoção e execução das propostas pendentes. Tal como salientado no Livro Branco da Comissão, temos de atenuar o desfasamento entre o prometido e o cumprido, se quisermos tornar o projeto europeu mais credível e atrativo. É por esta razão que esperamos contar com a vossa colaboração para uma nova declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2018, com base na experiência positiva deste ano.

Os anos de 2017 e 2018 podem tornar-se em anos de esperança e renovação para a Europa se cumprirmos cabalmente o nosso programa comum e mostrarmos aos nossos cidadãos que a União Europeia existe para os proteger, capacitar e defender. O atual contexto geopolítico torna a União mais necessária do que nunca. Como frisado pelos líderes da UE quando se reuniram em Roma por ocasião do 60.º aniversário dos Tratados de Roma: Temos a «firme convicção de que o futuro da Europa está nas nossas próprias mãos e de que a União Europeia constitui a melhor ferramenta para alcançar os nossos objetivos». Devemos, por conseguinte, aproveitar a ocasião para trabalhar mais arduamente do que nunca, a fim de dar resposta às preocupações dos nossos cidadãos. Chegou o momento de agirmos.

Jean-Claude Juncker
Frans Timmermans

